



Intervenção de Arménio Carlos
Secretário-Geral

Romper com a política de direita Construir a alternativa de esquerda e soberana!

Camaradas, amigas e amigos,

O dia 7 de Março confirma-se como uma grande jornada de luta em todo o país. Do Algarve ao Minho, nos Açores e na Madeira, estamos na rua em luta por melhores condições de trabalho, pelo emprego com direitos contra a precariedade, pelo aumento geral dos salários, na defesa firme dos horários de trabalho, por mais e melhores serviços públicos.

Nesta tarde primaveril, somos muitos, muitos mil, os que estamos com Abril, que resistem e não desistem do direito a uma vida melhor, centrada na dignidade de quem trabalha e quer trabalhar, no respeito para com os mais velhos e na aposta de um futuro de progresso para as jovens gerações.

É com esta confiança que comemoramos, em todo o país, o Dia Internacional da Mulher, homenageando as mulheres trabalhadoras que, no passado como no presente, continuam na primeira linha de uma luta secular pela igualdade de direitos, contra a discriminação salarial, pela conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar, contra a desregulamentação dos horários. Uma luta que a todos une, homens e mulheres, e que levou Ary dos Santos a escrever um dia:

*A posse vai-se acabar
No tempo da liberdade
O que importa é saber estar
Juntos em pé de igualdade.*

Na história da nossa democracia nunca, como nos últimos 4 anos, se avançou tão rapidamente na destruição do aparelho produtivo e da riqueza produzida, no agravamento da dívida, no aumento do desemprego, na acentuação das desigualdades e na intensificação da exploração.

Primeiro, com o garrote do memorando da troika, agora com o Tratado Orçamental e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, a política de direita é a responsável pelo processo acelerado de periferação do nosso país e de subjugação dos interesses nacionais às grandes potências europeias e aos grupos económicos e financeiros.

Só o apoio e acção do Presidente da República, colocando os interesses partidários à frente da Constituição da República Portuguesa e da vontade do povo, permite que este Governo, descredibilizado politicamente e isolado socialmente, continue em funções.

O relatório da Comissão Europeia, recentemente divulgado, é revelador do desastre da política do Governo do PSD-CDS e da troika e elucidativo do cinismo com que uns e outros conduzem este processo de retrocesso social e civilizacional. Por um lado, confirma que esta política é responsável pela situação de grave crise económica e social em que nos encontramos e, por outro, defende que o saque e esbulho de direitos laborais e sociais é para continuar e intensificar.

Portugal passa assim, de um falso exemplo de alegado sucesso do “memorando da troika” com vista a chantagear a Grécia, para um rotundo fracasso colocado na lista negra de países vigiados e controlados. Esta é a mesma Comissão que agora se prepara para retomar a proposta de alteração da directiva do tempo de trabalho, com vista a potenciar o alargamento da jornada semanal de trabalho muito para além do que está regulamentado, quando os avanços científicos e técnicos do nosso tempo, justificam e exigem não o aumento, mas a redução dos horários.

Para a CGTP-IN a questão é clara. Ou há uma ruptura com a política de direita e as instituições respondem e se submetem à vontade dos povos, ou a ditadura dos mercados, verdadeiro pilar da actual U.E., acabará por corroer ainda mais os direitos, liberdades e garantias, a democracia e a soberania de Portugal e da maioria dos restantes países.

É precisamente porque têm consciência da oposição generalizada do povo a esta política que, em vésperas de eleições, o PSD e CDS já iniciaram as manobras para tentar iludir os trabalhadores e a população. Contudo, por mais forte, diversificada e ampliada que seja a propaganda governamental, há sempre a realidade do nosso dia-a-dia e das nossas vidas, que desmentem a campanha de manipulação do Governo!

Um Governo que tem um Primeiro-Ministro que faz da mentira a sua “dama de companhia”, primeiro com promessas eleitorais lançadas para um saco sem fundo, depois com uma falha de memória sobre os rendimentos auferidos para não pagar impostos e agora, com um alegado desconhecimento da lei para justificar o não pagamento atempado à segurança social, é o exemplo acabado de quem não merece as responsabilidades que ainda exerce e do falso moralista que não tem para consigo próprio, o mesmo rigor que impõe aos outros.

Um Governo que tem um Primeiro-Ministro destes e um Vice-Primeiro-Ministro que tornou revogável uma demissão que antes era irrevogável, não tem condições políticas, éticas e morais, para continuar a governar.

Os trabalhadores e o povo têm memória e não esquecem os quatro anos de cortes impiedosos nos salários, nas pensões e prestações sociais, a redução no pagamento das horas extraordinárias, o trabalho gratuito em dia feriado e a diminuição dos dias de férias.

Quatro anos de continuidade de uma ofensiva, iniciada pelo Governo do PS e agravada pelo actual executivo aos funcionários públicos, esbulhados nos salários e nos horários, extorquidos na progressão nas carreiras, saqueados na dignidade, sempre com o cutelo do despedimento a pairar com o que, eufemisticamente, antes era designado de “mobilidade especial” e agora de “requalificação”.

Quando dizem que o país está melhor, só se podem estar referir ao grande patronato, aos especuladores e aos que transformam direitos fundamentais em fonte de lucros, a solidariedade em assistencialismo e caridade e a universalidade numa palavra oca, para as pessoas que morrem nas urgências, os milhares de desempregados que vêem negado o direito ao trabalho e à protecção social e para os jovens que têm de abandonar o ensino por insuficiência económica dos seus pais.

Este é o resultado de uma opção ideológica que faz da transferência de rendimentos do trabalho para o capital, do aumento brutal dos impostos, dos cortes nos subsídios de desemprego e nos apoios sociais, nas sucessivas alterações à legislação laboral e ataques à contratação colectiva, os eixos centrais de uma política concebida para aumentar a exploração, as desigualdades e o empobrecimento de grande parte da população.

Como consequência, o flagelo da pobreza está a generalizar-se e a atingir de forma crescente a nossa população. São as crianças, porque os seus pais não têm os rendimentos suficientes para lhes dar uma vida digna; são os desempregados, que vêem negado o direito ao trabalho, à protecção e aos apoios sociais; são os trabalhadores, porque auferem baixos salários e empobrecem a trabalhar; são os reformados com pensões tão baixas que mal têm para comer.

É este o sucesso da política de direita: fabricar pobres à velocidade do enriquecimento de uma minoria e violentar os direitos fundamentais de muitos, para manter e incrementar as regalias de poucos.

Esta é uma política que tem de ser travada, como travado tem de ser, urgentemente, o processo de reconfiguração do Estado para servir os interesses do capital, nomeadamente através da municipalização de serviços públicos nas áreas da educação, saúde, segurança social e cultura, que desresponsabiliza o Governo pelas competências constitucionais que lhe estão atribuídas, ataca os trabalhadores, asfixia política e financeiramente o Poder Local democrático, degrada os serviços públicos e prepara as condições para uma nova onda de privatizações, com prejuízos incalculáveis para a vida e o bem estar das populações.

Privatização de serviços e de empresas estratégicas, que nas últimas três dezenas de anos foram apresentadas como solução para responder às necessidades do povo, importantes para o saneamento das contas públicas e fundamentais para o desenvolvimento do país, argumentos sempre denunciados e combatidos pela CGTP-IN e que o tempo e o impacto da aplicação das mesmas no bolso dos portugueses, se encarregaram de comprovar que eram falsos, maquiavélicos e contrários aos interesses do país.

Afinal, quem ganhou com a privatização da EDP, da GALP ou da REN, que têm lucros colossais à custa dos preços que pagamos pela energia e combustíveis?

Quem ganhou com a privatização da PT, empresa de referência que hoje está sujeita, única e exclusivamente, à lógica do lucro rápido e fácil dos grandes accionistas, com uma gestão danosa que premeia o anterior Presidente com uma indemnização escandalosa e ofensiva para os trabalhadores da empresa e aqueles que recorrem aos seus serviços?

Quem ganhou com a privatização da banca, na altura justificada pela excelência da gestão privada, que custa hoje milhares de milhões de euros ao erário público, depois dos negócios ruinosos do BES e do BPN e com as fusões, compras e recompras de bancos em tempo de saldos, para promover mais concentração, mais especulação e mais poder para os grandes accionistas estrangeiros?

É preciso travar a espoliação do património público que as privatizações representam.

O que o país necessita urgentemente, é de recuperar o controlo do Estado nos principais sectores e empresas estratégicas, nomeadamente na energia, comunicações e telecomunicações, no sector financeiro e nos transportes, como instrumentos fundamentais para nos libertarmos da situação de refém em que os grupos económicos e financeiros nos colocaram e assegurar uma estratégia de desenvolvimento, que responda aos anseios e às necessidades das populações e garanta a coesão social e territorial do país.

O momento que vivemos e a resolução dos problemas dos trabalhadores e trabalhadoras, não se compadece com atentismos ou expectativas vãs em declarações genéricas e projectos políticos que consubstanciam a continuação da alternância, para impedir a concretização de uma alternativa de esquerda e soberana.

Mais do que esperar para ver, é preciso nos tempos que correm, esclarecer e lutar para influenciar e mudar de política.

Portugal tem futuro com uma política que vá à raiz dos problemas, afirme os direitos liberdades e garantias constitucionais, dinamize a produção nacional e dignifique o trabalho.

Uma política que assegure o aumento geral dos salários e das pensões de reforma, dinamize a contratação colectiva como fonte de direitos, valorize as profissões e as carreiras profissionais, respeite as 35 horas de trabalho na Administração Pública e assegure a sua aplicação progressiva a todos os trabalhadores, sem diminuição do salário.

Portugal tem futuro com uma política que promova uma mais justa distribuição da riqueza para combater as desigualdades e a pobreza, com a renegociação da dívida, a revogação do Tratado Orçamental e o investimento no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública gratuita e de qualidade e na Segurança Social pública, universal e solidária.

A força dos trabalhadores, a acção organizada, a unidade e a solidariedade, valores de sempre do mundo do trabalho, são determinantes para romper com a política das injustiças e de um futuro adiado e construir uma alternativa de esquerda e soberana.

Uma força assente nas convicções e razões de uma luta que não pára pela dignificação dos trabalhadores e que dá suporte à Campanha da CGTP-IN “Valorizar o Trabalho; Trabalhar com Direitos”. Uma Campanha centrada nos locais de trabalho dos sectores privado e público, afirmando-os como espaço de efectivação de direitos e de realização pessoal e profissional dos trabalhadores, de desenvolvimento económico e social e expressão da democracia, contra a repressão e exclusão sob o arbítrio patronal.

A vida demonstra que vale a pena lutar! Foi a luta que assegurou aumentos salariais, a integração de trabalhadores com vínculo precário no quadro de efectivos das empresas, a reintegração de trabalhadores ilegalmente despedidos, a salvaguarda das 35 horas na maioria das autarquias e o esvaziamento significativo da base social e eleitoral do PSD e do CDS.

Saudamos por isso os que, com coragem e determinação, têm lutado pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, no sector privado e público, assim como as greves anunciadas pelos trabalhadores da Administração Pública, para o dia 13 de Março; da Carris Bus, para o mesmo dia; do Metropolitano de Lisboa, para 16 e 18 de Março; e a Marcha dos jovens trabalhadores, promovida pela Interjovem, que terá início a 23 e culminará a 28 de Março, com uma Manifestação Nacional, em Lisboa.

Intervenção permanente que vai continuar neste que é o ano do 45º aniversário da CGTP-IN e de preparação do 13º Congresso que se realizará a par do incremento e desenvolvimento da acção sindical, sob o lema **“Organização, Unidade e Luta – a Força dos Trabalhadores! Emprego com direitos, soberania, progresso social”**.

Será a nossa acção e luta nos locais de trabalho, associada à elevação da consciência social dos trabalhadores e de outras camadas da população que contribuirá decisivamente para mostrar um cartão vermelho ao Governo e à política de direita e alterar a correlação de forças na Assembleia da República, de forma a assegurar uma alternativa política de esquerda e soberana, comprometida com os valores e direitos de Abril.

Como disse um dia Nelson Mandela, “Tudo parece impossível até que seja feito.”.

Pelos nossos direitos, pelos direitos das novas gerações, por um Portugal de progresso e justiça social, vamos participar em força nas comemorações do 25 de Abril e fazer um grande 1º de Maio da CGTP-IN, em todo o país!

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!
VIVA A CGTP-IN!